



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000292009

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1017057-26.2024.8.26.0405, da Comarca de Osasco, em que é apelante ELTON MARCELO FRANCISCO, é apelado BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual do Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma II (Direito Privado 2) do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento em parte ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores TASSO DUARTE DE MELO (Presidente sem voto), JOSÉ PAULO CAMARGO MAGANO E JOÃO BATTAUS NETO.

São Paulo, 26 de março de 2025.

GUILHERME SANTINI TEODORO

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Apelação nº 1017057-26.2024.8.26.0405
Apelante: Elton Marcelo Francisco
Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Voto nº 6811

CONTRATO BANCÁRIO. *Revisional. Financiamento de veículo. Sentença de improcedência. Juros remuneratórios abusivos. Inocorrência. Tarifas de registro de contrato e de avaliação do bem. Abusividade reconhecida, pois não comprovada a efetiva prestação dos serviços. Recurso provido em parte.*

Da respeitável sentença de relatório adotado de improcedência de ação revisional apela o autor porque existem juros abusivos, acima da média de mercado, e ilegal a cobrança das tarifas de registro do contrato e de avaliação do bem.

Recurso tempestivo, preparado e respondido.

É o relatório.

Cuida-se de ação de revisão da cédula de crédito bancário a fls. 40/8, emitida para financiamento de veículo em 2/4/2024.

O título dispõe sobre a taxa de juros remuneratórios mensal de 1,98% e anual de 26,59%.

Conquanto o Código de Defesa do Consumidor seja aplicável às instituições financeiras (Súmula 297 do Superior Tribunal de Justiça), prepondera quanto aos juros remuneratórios a Lei 4.595/64 (STJ, REsp 102.082/RS). É dizer, não se aplicam os artigos 406 e 591 do Código Civil de 2002 ou o Decreto 22.626/33 (Súmula 596 do Supremo Tribunal Federal), regras gerais de direito comum que não prevalecem sobre regras especiais relativas a financiamentos bancários.

Conforme Súmula 382 do Superior Tribunal de Justiça, "*a estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade*". Não há, na espécie, evidência de que a taxa de juros supera, abusivamente, a média do mercado, razão pela qual inviável a pretendida redução.

No tocante às tarifas de registro de contrato (R\$ 287,58) e de avaliação do bem (R\$ 615,00), o Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1.578.553/SP, decidiu o seguinte: "*(...) 2. TESES FIXADAS PARA OS FINS DO ART. 1.040 DO CPC/2015: (...) 2.3. Validade da tarifa de avaliação do bem dado em garantia, bem como da cláusula que prevê o ressarcimento de despesa com o registro do contrato, ressalvadas a: 2.3.1. abusividade da cobrança por serviço não efetivamente prestado; e a 2.3.2. possibilidade de controle da onerosidade excessiva, em cada caso concreto.*"

No caso, não está provada a prestação dos referidos serviços, de forma que tais tarifas devem ser restituídas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Por conseguinte, a demanda é procedente em parte somente para afastar a cobrança das tarifas de registro de contrato e avaliação do bem, as quais devem ser restituídas de forma simples (fls. 219), com correção monetária desde o desembolso e juros moratórios desde a citação.

Até a vigência da Lei 14.905/2024 a correção monetária será apurada conforme tabela prática deste Tribunal de Justiça e a taxa de juros moratórios será de 1% ao mês, observando-se a partir de 30/8/2024 as regras dos artigos 389 e 406 do Código Civil, em sua nova redação.

Condeno as partes ao pagamento das custas e despesas processuais na proporção de 80% para o autor e 20% para o réu.

Levando-se em conta a simplicidade da causa, o grau de zelo do profissional, local da prestação e tempo exigido para o serviço, mostra-se suficiente o pagamento de honorários advocatícios ao patrono do autor de 10% do valor da causa.

O autor, por sua vez, pagará os honorários advocatícios arbitrados na r. sentença, os quais mantenho.

Dou parcial provimento ao recurso.

GUILHERME SANTINI TEODORO – relator.